

FRONTEIRAS, AMPLIAÇÕES E DIÁLOGOS: A CONSTRUÇÃO DOS ESTATUTOS DA HISTÓRIA EM UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

*BORDERS, EXTENSIONS AND DIALOGS: THE
CONSTRUCTIONS OF THE STATUTES OF HISTORY IN
A BRIEF HISTORIOGRAPHIC BALANCE*

Chrigor Augusto Liberio¹

Mestrando em História PPGH-UFJF

Gyovana de Almeida Félix Machado²

Mestrando em História PPGH-UFJF

Resumo: O presente artigo busca desenvolver e analisar as discussões relativas à construção do que compreendemos por estatutos da História ao longo do tempo e, com isso, tivemos por objetivo abordar autores que buscaram responder sobre o sentido atribuído não somente ao campo mas à própria escrita da história. Nesse sentido, buscou-se mobilizar autores em temporalidades diversas em consonância com suas respectivas contemporaneidades junto às possíveis influências da memória e a própria constituição da História enquanto ciência, sobretudo, desde o século XIX. Para tanto, utilizamos expoentes da micro-história italiana, Escola dos Annales,

Abstract: The present article seeks to develop and analyze the discussions related to the construction of what we understand as statutes of History throughout time and, with this, we had the objective of approaching authors who sought to respond to the meaning attributed not only to the field but to the writing of history itself. In this sense, we sought to mobilize authors in diverse temporalities in consonance with their respective contemporaneity together with the possible influences of memory and the very constitution of History as a science, especially since the 19th century. To this end, we used exponents of Italian microhistory, the Annales

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3348145380083262>. Contato: chrigorliberio@gmail.com.

² Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora; Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4704965331700906>. Contato: gyovanafelix@gmail.com.

Decolonialidade, entre outros.

Palavras-chave: História da Historiografia; Memória; Teoria da História; Interdisciplinaridade.

School, and Decoloniality, among others.

Keywords: History of Historiography; Memory; History Theory; Interdisciplinarity.

Gostaria de começar explicando em que sentido a História é uma ciência. Pode parecer pueril iniciar pela definição do que é História, mas acho que é fundamental para explicar por que 95% dos trabalhos na área são desinteressantes e somente 5% são interessantes. Em grande medida, porque muitos têm uma ideia falsa do sentido no qual a História é uma ciência. Minha definição é: a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local — aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas.³

Com essa citação de Levi, um dos notáveis nomes da chamada “micro-história” italiana, iniciamos a discussão em torno da compreensão e/ou construção dos estatutos da História desenvolvidos ao longo do tempo no sentido atribuído a ela enquanto ciência para, assim, desenvolvermos essa discussão, abordando a relação entre história, memória e ciência, analisando as influências, diálogos, delimitações e pertinências atribuídas ao campo. No entanto, para atingirmos o objetivo de compreensão dessa trajetória quanto à construção ou esforços de mobilização para construção dos estatutos que balizaram a História enquanto ciência, é necessário nos atermos, antes, a algumas noções anteriores, tal qual o sentido atribuído à própria história ao longo do tempo. Assim, iniciaremos a partir das proposições na história da historiografia acerca de seu sentido e função. Cabe destacar, de forma introdutória, que a história, enquanto campo científico, sofreu uma série de intervenções ao longo do tempo relacionadas ao próprio tempo histórico em que estava inserida. Refletindo sobre uma das vertentes mais conhecida na consolidação das perspectivas e tendências historiográficas, a rigor, os *Annales*, gostaríamos de

³ LEVI, Giovanni. “O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar”. *Tempo*, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014. p. 1.

destacar alguns pontos que atravessam tal processo, mas não se finaliza ou se cristaliza nas concepções acerca da história e de seus estatutos que, adiantamos, perpassam questões plurais, além do que caberia no presente texto.

Jacques Revel⁴, secretário da redação dos *Annales* de 1975 a 1981, apresentou um quadro amplo dos sentidos atribuídos a história na historiografia francesa e como os eventos históricos auxiliaram na mutação dessas noções atribuídas ao longo do final do século XIX e todo o XX. A rigor, buscou discorrer, inicialmente, sobre os impactos da Guerra Franco Prussiana na história pois, com a derrota da França, a demanda em torno da disciplina estaria muito mais pautada numa espécie de pedagogia da nação. Por exemplo, as Universidades passaram a cooptar historiadores no intuito de que fosse construída uma narrativa que unisse a nação após a derrota. Em perspectiva, acrescentamos que, para Ciro Flamarion Cardoso⁵, no que tange ao século XIX, ainda sobre a disciplina e pesquisa em História, propunha-se um papel muito mais pautado no profetismo e cientificismo o que, para o autor, foi chamado de “paradigma iluminista”, em linhas gerais, uma proposta com características que se situam em prol de uma síntese histórica total e globalizante.

A exemplo do Brasil, no século XIX tivemos o esforço imperial em construir esses espaços para que os historiadores constituíssem a história da nação, o IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi encarregado de tal papel. Com os escritos de (Francisco Adolpho Varnhagen e Karl Friedrich Philipp von Martius) e outros cientistas, temos o começo da escrita da história do Brasil e, conseqüentemente, a edificação da identidade brasileira pelo viés imperial. Sem muitos métodos ou concepções do que seria a história e como construí-la, adotaram um positivismo das escolas europeias para sua institucionalização e abordaram a história brasileira com moldes europeus, formando grandes heróis e uma história das fontes oficiais⁶.

Retornando às tendências para o outro lado do Atlântico, Revel apontou, ainda, para Simiand que, em 1903, apresentou uma crítica sistemática ao que foi

⁴ Para mais detalhes, ver: REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 19-94.

⁵ Para mais detalhes, ver: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁶ GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. p. 10.

chamado de “palavra de ordem” do século XIX: o método. Tal concepção se caracterizava por uma recusa à interpretação dos eventos o que, para Revel, foi considerado e, assim denominado, “positivismo”. Nesse sentido, foi destacado a crítica feita por Simiand ao sentido atribuído à história naquele momento, por consequência, uma crítica às noções sobre trabalho científico e objeto. Com a primeira geração dos *Annales*, em 1929, Revel destacou Lucien Febvre como um dos autores que acreditava no diálogo entre história e ciências sociais no intuito de complexificar o objeto e, além disso, que essa primeira geração (Bloch, Febvre, entre outros), estava aberta a interdisciplinaridade, entretanto, ressaltaram com maior intensidade a dimensão empírica da história, assim, a história prevalecia sobre qualquer outro campo que viesse contribuir. Nesse sentido, ficou em segundo plano a teoria e as condições para se fazer história e, o que atraía os sujeitos ao campo, estava ligado, por sua vez, ao próprio contexto em que se inseria essa primeira geração. Explicamos. Com a 2ª Guerra Mundial, o sentimento de estar na história e tomar o seu lugar nela corroboraram com a associação prestigiosa entre o engajamento intelectual e o engajamento ideológico, assim, a dimensão profissional e pessoal se uniram, segundo Revel, em dois registros de referência paralelos. Lembramos que o próprio Marc Bloch, um dos nomes de maior notoriedade na primeira geração dos *Annales*, faleceu por fuzilamento pela Gestapo. Continuando na explanação do quadro amplo entre contexto histórico e impactos nas concepções e atribuições a história, Revel argumentou que a próxima palavra de ordem, sobretudo após os anos 20 no século XX, seria o estudo da conjuntura, ou seja, uma tendência que evoluiu para a busca dos fatores que explicariam conjunturas econômicas. Um exemplo seria a obra “O mediterrâneo” de Braudel, publicada em 1949, que tinha por objetivo analisar os movimentos em larga temporalidade, de longa duração nas sociedades a fim de perceber transformações nos longos ciclos econômicos e sociais. Para Revel, essa primazia na economia não desembocou no que chamou de ‘economicismo’, afinal, nesses anos que foi desenvolvida a ideia de ‘história econômica e social’ sob influência profunda e fundante de Braudel em 1957 o que, por sua vez, abriu caminho para a nova geração dos estudos na segunda metade do século.

O movimento que se configurava internacionalmente impactou de forma contundente os estudos no Brasil, a formação de grandes blocos explicativos das nações cresceu e trouxe novas perspectivas de como e a partir de quando se conta a história das nações, respondendo no começo do século XX o que o IHGB vinha fazendo. Os trabalhos de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, são pontas de lança para os grandes estudos brasileiros e sua formação, que versaram suas narrativas à história econômica nacional, seus impactos globais e suas dinâmicas regionais. Vale ressaltar aqui, também, o movimento infracitado de renovação historiográfica dos paradigmas e metodologias de estudos históricos da escola dos Annales, que Gilberto Freyre nas mais diversas controvérsias racistas de suas obras, se atentou nos anos 30 a uma pluriversalidade de fontes para seus estudos, constituindo de forma primogênita trabalhos históricos com fontes “ordinárias” as usualmente utilizadas⁷.

Portanto, sobretudo entre 1930 e 1950, o tempo histórico teve impactos significativos na produção historiográfica no campo da historiografia francesa, sobretudo, por pressupor prioridades e abordagens analíticas tanto na disciplina quanto ao trabalho científico da pesquisa. No entanto, para Revel, existia um pano de fundo nas produções que colocava a história social em constante crise e reorientava, portanto, a escrita dos historiadores, em outras palavras, “a segunda metade do século XIX e os três primeiros quartos do século XX tinham vivido sobre paradigmas integradores fortes: o positivismo, o marxismo, o estruturalismo foram ilustrações sucessivas”⁸. Tais abordagens se coadunavam e atacavam a história social, ainda segundo o autor, por conceber abordagens que buscavam o estabelecimento de blocos para se interpretar o mundo; essas crises, portanto, tinham impacto direto na escrita e produção do conhecimento histórico. No entanto, na primeira geração dos Annales, de 1929, não foi algo que ocorreu de forma explícita, visto que os ímpetus estavam mais direcionados a reafirmação da dimensão empírica na história.

Já na segunda metade do século XX, Revel apontou para o momento em que percebeu novas mudanças nas perspectivas acerca da história. Com a chegada de Le Goff na direção dos Annales em 1969, junto a Le Roy Ladurie, Marc Ferro, entre

⁷ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social [online]*. 1997, v. 9, n. 2, pp. 1-12. p. 3;

⁸ REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 79.

outros, houve uma mudança no sentido atribuído a história, ainda, sobre suas funções, sobretudo por ser um período pós guerra com a subsequente crise do paradigma evolutivo e da cultura do progresso que provocou o fenômeno da aceleração, ou seja, “uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio”⁹.

Os anos 70 foram, para Revel, um marco na história da historiografia por motivos diversos, entre eles, a aproximação da história com a antropologia, a nova demanda sobre a disciplina que seria, agora, pública; a multiplicação dos laboratórios de pesquisa e dos trabalhos universitários, o que colaborou para a ampliação dos debates e, assim, nestes anos, a história não seria mais o lugar no qual se pede lições (*historia magistra vitae*), mas um refúgio contra as incertezas do tempo que corre. Ainda, a ‘nova história’ com Nora, Le Goff, entre outros, representou, para Revel, uma união mais vasta e difusa, havendo a substituição da “história das mentalidades” (muito ligada a primeira geração) para “antropologia histórica”; dessa maneira, suscitou uma nova gama de objetos, a rigor, as estruturas familiares, as atitudes frente a vida e morte, os rituais, práticas econômicas, formas de crença e todo tipo de representação coletiva. Em 1979, Lawrence Stone e Carlo Ginzburg irão publicar artigos esboçando (sobretudo Ginzburg) a crise da confiança na perspectiva da história adequada ao modelo das ciências exatas pois a história social e particular, nesse ínterim, havia se preocupado mais em estabelecer regularidades, do que esgotar-se a pesquisa do indício.

Mas não só das teorias e/ou tendências europeias e norte americanas que a história vai se constituir, foi a partir dos anos 60 que sua ampliação e diálogo se estabeleceu nos mais diversos lugares e regiões. Nesse sentido, os processos de descolonização do período referente vão influenciar, também, na descolonização das perspectivas históricas correntes, pluralizando as narrativas que se constituíam não somente do homem no tempo europeu, mas também, em sua forma globalizada, construindo os pormenores experiências do sul-global. Os processos de luta pela descolonização africana foram centrais para a renovação de como se entendia os processos e seus impactos nas ciências humanas, centralizando o colonizado e a

⁹ NORA, Pierre. "Entre memória e história: A problemática dos lugares". In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993, p 7.

formação de seu estado atual. Trata-se das renovações escolásticas que se detiveram a compreender a colonização como um processo de constituição do homem e, assim, de transformação de sua história, como o caso dos primários estudos de Aimé Césaire que inauguram tal perspectiva.

Nascido na Martinica, Césaire foi fruto da colonização europeia, cresceu e constituiu-se em tal realidade social, mas ao adentrar aos estudos na França, se deparou com uma realidade que o rejeitava. Embebido em sua luta interna de negação de sua condição colonizada, Césaire opôs-se à qualquer noção colonizadora francesa, exaltando sua negritude e, por ela, militando. De volta ao Caribe, enquanto professor, construiu grandes obras literárias denunciando o colonialismo, até que nos anos 40 escreveu seu livro "Discursos sobre o Colonialismo" (1950), aventando, assim, as demandas de uma história do colonizado e os problemas da colonização. O mesmo mostrou que é de extrema importância entender como a "colonização trabalha para descivilizar ao colonizador, para abrutalhá-lo no sentido literal da palavra, para degradá-lo, para despertar seus recônditos instintos em prol da cobiça (...)" ¹⁰, e assim deve se transformar a forma como a história deve ser descrita. Os escritos vão ainda influenciar Frantz Fanon em suas obras "Os condenados da Terra" e "Peles negras, Máscaras Brancas", alargando as concepções de colonização e o racismo da mesma, como também centralizando o poderio racial que o colonialismo tombou sobre a população negra em sua psique. Fanon depois de se voluntariar na guerra, seguiu para estudar medicina em Lyon, na França, onde também decidiu especializar-se em psiquiatria. No mesmo período, contribuía para um periódico e para revistas, onde já iniciava suas contribuições para as análises do homem africano e suas condições psíquicas. Mas foi com seu encontro com François Tosquelles que ocorreu sua chamada à social-terapia, iniciando sua atuação nos hospitais públicos da Argélia. Em constante contato com argelinos, "indígenas" mulçumanos e associações humanitárias; em meio às grandes transformações da guerra que se iniciava e sua vida profissional e política em tal embaraço, Fanon começou a tratar os combatentes do hospital atingidos por distúrbios psíquicos, transformando assim de vez as suas noções para com os argelinos ainda colonizados pela França, adentrando na mobilização da FLN (Frente de Libertação Nacional). Já

¹⁰ CÉSAIRE, Aimé. Discursos sobre el colonialismo. Ediciones Akal, 2006, p. 15.

havendo publicado seu livro “Peles Negras, Máscaras brancas” (1952), é em 1960 que publica seu grande livro “Os Condenados da Terra”, enquanto recebia seu diagnóstico de leucemia¹¹.

Soma-se às contribuições para uma renovação científica da história e todas as ciências humanas a forma como a mesma abordava (ou não) o racismo e o colonialismo para com a experiência do homem no tempo, mas, também, para uma maior aderência das produções não-eurocêntricas na produção historiográfica no geral, gerando novas perspectivas e novos questionamentos. Ressalta-se ainda a importância de centralizar as obras de Fanon, Césaire e até mesmo Memmi¹², como forma de contestação de uma produção quase que exclusivamente europeia, pluralizando a forma que as renovações científicas seguiam na época. Contestação que perpassa, também, a forma como se popularizou essas produções europeias em detrimento de uma larga concepção histórica e temporal de outros povos, a rigor, cabe-nos questionar essa história que aponta-se enquanto produtora de patriotismo e educação política e moral, sem “perspectivas justas sobre o desenvolvimento da humanidade.”¹³.

Sob esse fio, destacamos a discussão quanto à interdisciplinaridade que, para Revel, foi concebida nesses anos. Segundo ele, nos anos 70 a história se arriscou a perder, se não a sua alma, o seu projeto de identidade, justamente por beber de diversas contribuições sem ser capaz de organizá-las, assumindo o risco de desagregar as suas próprias produções mediante a escrita de histórias individuais que não se articulariam. Nesse sentido, a interdisciplinaridade — como bem aponta o que Revel nomeou e apresentou como um diagnóstico feito pelos Annales em 1989 — havia se tornado um problema pois, “em vez de se pensar, como tudo nos convida a isso, a relação entre as disciplinas em termos de homologia ou de convergência, é útil hoje insistir sobre sua especificidade, até mesmo sobre sua irreduzibilidade umas com as outras”¹⁴, afinal, cada prática científica constrói a

¹¹ Prefácio à edição de 2002, por Alice Cherki in: FANON, Frantz, **Condenados da Terra**. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2005. p.7 – 21.

¹² “(...) Albert Memmi (1920) – escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica – foram os porta-vozes que intercederam pelo colonizado quando este não tinha voz (...)” BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2013, n. 11 [Acessado 20 outubro 2022], p. 92.

¹³ CURTIN, Philip D. Tendências Recentes das Pesquisas Históricas Africanas e Contribuição à História em Geral. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010. p. 39.

¹⁴ REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 91.

realidade a partir de suas hipóteses. Essa abertura mais ampla à interdisciplinaridade nos convida a fazer algumas ponderações, entre elas, a própria pertinência de conceitos dominantes apresentados por Revel, tal qual a cultura e o social.

Eduardo V. de Castro,¹⁵ antropólogo brasileiro, repensa, nesse sentido, categorias caras ao ofício do historiador, tal qual a concepção sobre cultura e social. Ao propor uma renovação do conceito de “relação social”, a partir da perspectiva ameríndia, apontou que as relações sociais não ocorrem apenas entre sujeitos vivos, mas também com sujeitos não-vivos e/ou inanimados. Vale a reflexão no que tange a esses novos pressupostos acerca das relações humanas, o que, por sua vez, trazem um novo tom para as análises sobre o homem no tempo pensando, por exemplo, a pertinência desses conceitos dominantes e, em que medida, o diálogo será benéfico (não desagregando) a história por compreender as relações sociais dos objetos de estudo nessa perspectiva mais ampla e complexa. Ainda, em uma discussão levada a cabo por Maria Cecília de Souza Minayo,¹⁶ houve a apresentação de um quadro geral acerca de autores que trabalharam de forma mais específica a interdisciplinaridade, sobretudo na segunda metade do século XX. Dessa forma, destacou que, na década de 70, especificamente em 1978, Gusdorf (filósofo e epistemólogo francês), lido como um ‘humanista radical’, propôs a interdisciplinaridade enquanto busca da totalidade, ou seja, propôs uma “ciência humana” que seria um saber geral e superior, afinal, “a interdisciplinaridade é a primeira exigência de comunicação, pressupondo a inteligibilidade relacional humana. Se cada ciência possui lógica própria, a compreensão desse pluralismo é essencial para uma inteligibilidade diferente”¹⁷. Dez anos depois, em 1988, Habermas (filósofo e sociólogo da escola de Frankfurt) refinou a ideia propondo o que chamou de “razão comunicativa”, que seria a união da filosofia, ciências e mundo da vida. Carneiro Leão em 1991, argumentou questionando a forma histórica com que o conhecimento afasta o ser humano da sua essencialidade ao padronizar a busca pela verdade, nivelando, por exemplo, a cultura e discriminando a diferença. Dadas essas últimas três perspectivas acerca dos limites (ou a negação dos mesmos) para a interdisciplinaridade, refletimos acerca dos rumos dessa discussão quando redimensionada na historiografia pois, como destacou Revel,

¹⁵ Para mais detalhes, ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. A propriedade do conceito. **ANPOCS 2001**, [s. l.], 2001.

¹⁶ Para mais detalhes, ver: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde e Sociedade**, [s. l.], 1994.

¹⁷ *Ibidem*, p. 50.

a história se abriu na segunda metade do século XX a interdisciplinaridade ampla sem a organizá-la, correndo o risco de desagregar e se tornar histórias individuais que não se articulam, ainda, poderia perder o seu projeto de identidade.

Portanto, propomos que, em alguma medida, precisaremos redimensionar Gusdorf, Habermas, a crítica de Leão para organizarmos os limites da interdisciplinaridade, agregando conhecimentos que beneficiam e complexifica a análise dos objetos para que haja uma articulação do que se produz e, não, desagregação e fragmentação gerando, apenas, histórias individuais, desconectadas do seu entorno, por exemplo. Há a possibilidade de se estabelecer, ainda, uma discussão ampla que conduza à organização dos conhecimentos de competências distintas utilizados na/em História auxiliando na compreensão de suas fronteiras e/ou projeto de identidade, ou seja, a construção dos seus limites pelo conhecimento e consciência daquilo que não cabe a ela. Utilizar, portanto, dessas propostas de interdisciplinaridade mais amplas para compreender e organizar o projeto de identidade da história e, ainda, observar, por exemplo, a abordagem historiográfica de Jules Michelet (séc XIX) — em que há articulação indissolúvel entre literatura, política e religião, traçando as associações e constante revisões realizadas sobre sua base histórico-poética ao longo do tempo —, pode nos servir numa compreensão mais profunda e complexa do empirismo na história, sem que haja desconstrução e fragmentação radical.

Refletindo acerca das disposições em torno desse possível diálogo e reflexões: Vainfas em 1997, respondendo a preferência de Ciro F. Cardoso pelo paradigma iluminista, propôs um diálogo constante entre os paradigmas, por exemplo, os paradigmas iluminista¹⁸ e pós-moderno¹⁹. Sabemos que Vainfas assim defendeu pois concebe que não há vantagem de um sobre o outro, ainda, que há como compreender uma realidade global a partir do individual, bem como o inverso e, por isso, propõe o diálogo entre abordagens para que se chegue a resultados mais precisos do que foi vivido e, o utilizamos, para destacar que, mesmo com propostas e abordagens plurais, que discutem o próprio caráter e/ou função da história bem

¹⁸ "(...) partidário de uma história científica e racional e, portanto, convencido da existência de uma realidade social global a ser historicamente explicada." VAINFAS, Ronaldo. *Caminhos e descaminhos da História*. //: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. cap. Conclusão, p. 603.

¹⁹ "cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar, em maior ou menor grau, as representações construídas historicamente." *Ibidem*, p. 603

como seu método, é necessário a ampliação do debate visando construções historiográficas cada vez mais coesas nos distintos tempos históricos. Isso acaba por dialogar com a proposta de Georg Iggers²⁰, a rigor, um pluralismo nas estratégias de pesquisa para que elas sejam mais frutíferas, devendo sempre, ser orientadas por um padrão na qualidade da investigação, em outras palavras, "estas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostariam de afirmar. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade."²¹

Ainda sobre o campo da história da historiografia, destacamos, enquanto um exemplo, a importância do contexto de escrita e os impactos na produção do conhecimento historiográfico. Robert Darnton na Apresentação de "O grande massacre dos gatos"²², demonstrou suas aproximações quanto a História das mentalidades, em detrimento da História intelectual, além de anunciar sua própria aproximação com a antropologia a fim de ressaltar a dimensão qualitativa em sua investigação pois, mais importante do que analisar o que as pessoas pensavam em determinada época e lugar, a rigor, na França do século XVIII, caberia a preocupação quanto a forma ou o como as pessoas compreendiam os eventos para assim os assimilar. Explicamos. O principal objetivo de Darnton seria compreender, nessa investigação, a atribuição de significados à mentalidade de indivíduos comuns, pois, mais importante do que a descrição dos fatos, seriam as formas e/ou os seus significados na mentalidade de homens comuns.

A contribuição de Darnton se insere em um contexto histórico importante nos anos 80. Com o fim da Segunda Guerra e o fim do governo stalinista, houve uma reorientação dos métodos historiográficos, tendo em vista que novas demandas sociais surgiram e passaram a girar mais em torno do indivíduo e, isso, auxiliou na observação quanto a importância da identidade de grupos minoritários. Um dos seus objetivos seria, ainda, a compreensão da diferença entre grupos mediante a construção dos significados em torno de um mesmo evento, a rigor, irá destacar o uso do humor por parte dos artesãos em "O grande massacre dos gatos". Tal preceito

²⁰ Para mais detalhes, ver: IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. História da Historiografia. **Ouro Preto**, n. 4, março, 2010, p. 105- 124.

²¹ IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. História da Historiografia. Ouro Preto, n. 4, março, 2010, p. 122.

²² DARTON, Robert. (1984). Apresentação. In: **O Grande Massacre de Gatos**; e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII.

é explicitado por Clóvis Moura²³ que salienta a necessidade de entendermos as fricções de ideias ligadas a materialidade, de forma alguma as escolas e suas tendências nascem voluntariamente nos planos das ideias, mas são contrapontos a materialidade vividas e percebidas pelos historiadores. Para Moura, é imprescindível que o “historiador ou tem uma *Weltanschauung* dinâmica e dinamizadora ou não poderá analisar a ação dos homens no passado e especialmente no presente, a não ser de forma alienada.”²⁴, para que consiga dar continuidade ao trabalho e conseguir captar as mais diversas facetas de sua própria motivação, mas o que permeia o seu objeto para além das comuns conceituações.

Dando continuidade quanto a práxis percebida nas discussões e reflexo nas abordagens de investigação, gostaríamos de acrescentar mais um autor que desenvolveu suas pesquisas à medida em que delineou maiores sentidos a disciplina e ao seu trabalho científico na História. Carlo Ginzburg²⁵ em 1989, irá discorrer não apenas sobre a micro-história e o paradigma indiciário, mas, também, a história vista de baixo, a importância da interdisciplinaridade para ampliação do conhecimento histórico e, também, a crítica ao relativismo epistemológico exacerbado do Hayden White, além da contextualização das transformações historiográficas francesas, italianas e das mais gerais.

Anteriormente a explanação de sua abordagem, gostaríamos de destacar que o autor é um dos nomes mais importantes da chamada micro-história italiana por trazer a prática as prerrogativas de tal perspectiva metodológica. Sobre os seus trabalhos de destaque, salientamos “Os andarilhos do bem” de 1966 e “O queijo e os vermes” de 1976. Em linhas gerais, nesse primeiro trabalho citado, o autor destacou o caráter morfológico, ou seja, a construção em torno de algo ou de alguém e, no segundo trabalho, ele vai investigar um indivíduo de nome Menocchio e a sua cosmogonia, ainda, como isso era visto pela sociedade em que ele estava.

No texto inicialmente citado, Ginzburg iniciou fazendo uma espécie de associação entre Giovanni Morelli (pseudônimo Ivan Lermolieff) — que fazia análise de quadros de arte (fins séc. XIX) — a partir do que ficou conhecido como “método

²³ Para mais detalhes, ver: MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clío**: o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, 1990.

²⁴ MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clío**: o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, 1990. p. 18.

²⁵ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

morelliano", a rigor, creditava-se maior importância a detalhes que eram negligenciados, seria preciso:

(...) não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens de Perugino, o sorriso dos de Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés.²⁶

Tal análise minuciosa era feita por ele acreditar que as características fundamentais dos pintores residiam nesses detalhes. Ainda, salienta "O ensaio sobre Michelangelo" de Freud²⁷, datando 1914, que citou Morelli indicando a sua pertinência dada a atenção aos detalhes que, normalmente, seriam secundários. Ginzburg irá comentar que essa técnica está ligada à própria psicanálise médica pois, basicamente, tem-se a proposta de um método interpretativo centrado nos resíduos, nos dados marginais e que esses mesmos são, para Freud, reveladores. E, aqui, destacamos a questão do inconsciente para Freud para melhor compreendê-lo dentro do desenvolvimento de Ginzburg, pois trata-se de "aspectos pulsionais, as forças obscuras que movem o ser humano, de modo que a racionalidade não se enraíza profundamente, sendo apenas uma camada de superfície, um verniz, e que não tem as rédeas sobre o comportamento humano."²⁸. Delineou, ainda, um outro diálogo com Sherlock Holmes, pensando o que os une, a rigor, as pistas: sintomas para Freud, indícios para Holmes e signos pictóricos para Morelli. Ginzburg argumentou que, por milênios, o homem foi caçador e, com isso, tenta mostrar as raízes do paradigma indiciário. Assim, esse homem aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas tal qual fios de barba. Podemos considerar, aqui, aproximações com o que Marc Bloch afirmou em "Apologia da História"²⁹, a rigor, quando discorre sobre a função do historiador, função essa que seria a de farejar a

²⁶ ²⁶ GINZBURG, Carlo. **Op.cit.**, p. 144.

²⁷ Para mais detalhes, ver: FREUD, S. **O Moisés de Michelangelo** [1914]. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

²⁸ CORDEIRO, Everton Fernandes. O inconsciente em Freud. *Psicologia. pt: o portal dos psicólogos*, [s. l.], 2010. p. 3;

²⁹ Para mais detalhes, ver: BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

própria carne humana, tendo em vista que esse indivíduo é o próprio Ogro da história.

A história intelectual do gênero humano, segundo Ginzburg, está ligada a um pano de fundo, a rigor, o caçador agachado na lama que perscruta as pistas da presa e que, por isso, as disciplinas indiciárias não entram absolutamente nos critérios dedutíveis do paradigma galileano, a rigor, o que Galileu concebeu por importante, ou seja, as figuras, números e movimentos e não os odores, sons, entre outros, pois, segundo Galileu, "as figuras, os números e os movimentos, mas não os odores, nem os sabores, nem os sons, (...)"³⁰. Com isso, buscava apontar para a seguinte compreensão: os animais vivos eram receptáculos e tinham tais características, mas, quando mortos, odores, sons e demais características desse gênero, seriam apenas nomes, então não tinham importância para ele. Ginzburg propõe a superação do paradigma galileano. Para o autor, ninguém aprende o ofício do conhecedor limitando-se a pôr em prática regras preexistentes, pois, necessário a esse tipo de conhecimento, têm-se o faro e a intuição.

Paradigma indiciário seria, portanto, a capacidade de construir um saber a partir de dados aparentemente negligenciáveis, mas que, juntos, permitem remontar a uma realidade complexa e não experimentável diretamente. Sobre essa epistemologia que aposta mais no qualitativo, Ginzburg destacou que, embora o paradigma tenha ganhado maior repercussão em fins do século XIX, suas raízes remontam um período mais antigo, por isso, a metáfora do homem das cavernas que usava do faro. Assim, compreendemos uma abordagem do autor que busca adentrar as particularidades e indícios, contrário aos modelos generalizantes e a própria história-síntese, tendência na qual a micro-história surge como oposição. É possível refletir que a pertinência de tal abordagem na trajetória de Ginzburg, tenha tido como referência sua própria mãe, Natalia Ginzburg que, em "Léxico Familiar"³¹, discorreu sobre as transformações mais amplas na Europa com a ascensão de regimes fascistas a partir da narrativa familiar, ou seja, estabelece uma relação de micro/macro apontando para uma realidade social complexa que se inicia, no entanto, no enredo em torno de seu pai, mãe e irmãos.

³⁰ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 158;

³¹ Para mais detalhes, ver: GINZBURG, Natalia. **Léxico Familiar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Caminhando para pensar a micro-história, que foi também uma abordagem que conduziu a novos sentidos à historiografia por repensar a escala de observação dos objetos, destacamos a contribuição de Edoardo Grendi³² publicada na revista italiana *Quaderni Storici* inicialmente 1994 mas irá retornar no livro “jogos de escalas a experiência da microanálise” do Jacques Revel em 1996. Sobre o texto “Repensar a micro-história”, Edoardo Grendi argumentou que tal abordagem tem referenciais teóricos mas, ao mesmo tempo, não tem uma base teórica mais consolidada, justamente porque mesmo a partir de sua influência sob diversas produções e de ter sido um fôlego na historiografia italiana, ela não se tornou uma escola, seu nascimento se pautou tendo como característica a oposição aquilo que era chamado história síntese. E, aqui, cabe a reflexão sobre a Antropologia redimensionada em Grendi enquanto “antropologia social”, pois é a via instrumental que balizará, fundamentalmente, suas observações e implicações quanto a abordagem ao objeto dentro de uma investigação em História, afinal, é o que permitirá ao historiador, ainda segundo Grendi, ir além das relações de tipo estado, mercado, famílias, entre outros, questões essas que, por sua vez, tinham rigor mais quantitativo e que sintetizavam as relações não dando ênfase naquilo que é interpessoal. A micro-história, nesse cenário, vai partir de duas prerrogativas: social e cultural.

Para vias de comparação, destacamos as diferenças entre micro-história italiana e *history from below* (que é uma corrente historiográfica inglesa). Além de terem sido pensadas para o contexto de cada tendência na historiografia que seria recorrente em cada país, o próprio Edoardo Grendi, em contato, com a *history from below* em seus estudos em Londres, fez uma crítica à categoria de classe social de Marx que, em muito, segundo o autor, influenciaria as abordagens da história vista de baixo (*history from below*) por se tratar de um bloco analítico que excluiria as particularidades e subjetividades dos indivíduos.

Tais caminhos, segundo Georg Iggers,³³ propuseram reorientações na escrita da história, por estarem diretamente ligado as concepções sobre sua metodologia. O texto, publicado inicialmente em 2007, irá abordar, em linhas gerais, os eventos que ocorreram no século XX e que reorientaram a escrita da história, portanto, os

³² GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 251-262.

³³ IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia*. **Ouro Preto**, n. 4, março, 2010.

desafios que se tem para o século XXI. Iggers irá propor uma reflexão quanto ao contexto de escrita no qual o historiador escreve, assim, os impactos de determinada contemporaneidade na produção do conhecimento histórico. Existe certa coesão com a proposta de reflexão do Iggers pois sua própria trajetória indica a pertinência de se pensar o contexto de escrita. Em 1938, ele fugiu da Alemanha juntamente com a sua família. Iggers inicia falando sobre a queda do Muro de Berlim e sobre a perspectiva de Francis Fukuyama ainda em 1989 acerca dos rumos da história. Em síntese, a ideia de Fukuyama seria: a história teria chegado ao ápice, culminando no seu fim, afinal, com a queda do muro de Berlim, teve-se a narrativa quase homogênea de uma historiografia que pensava um tipo de experiência no mundo, agora, vivido pela democracia em todos os lugares. Há de se refletir, nesse ponto, sobre os resquícios quanto às noções mais amplas sobre história e sua função no tempo presente, seja para indicar um tipo de conhecimento (*historia magistra vitae*) ou, até mesmo, para apontar uma direção, tal qual localiza a ideia do paradigma iluminista segundo Flamarion³⁴.

Anteriormente a isso, para Iggers, destacou-se nos anos 70/80 as revisões que concentravam fatores qualitativos na história, tal qual micro-história, história vista de baixo, crítica a teorias generalizantes, entre outras. Segundo ele, o ônus foi o radicalismo na ênfase na cultura, que desprezaria todo contexto político e social. Posteriormente, os debates acerca das dimensões da linguagem na escrita, com isso, Hayden White³⁵ foi um nome na história da historiografia que representou a radicalização do giro linguístico nos anos 90 na escrita da história por pressupor que a linguagem não seria reflexo do passado, mas o passado seria uma criação da linguagem, ainda, que toda representação histórica seria um produto da imaginação poética, em que a interpretação se desenvolve ao longo do enredo:

(...) a não ser que uma estória histórica for apresentada como uma representação literal dos eventos reais, não podemos criticá-la como sendo verdadeira ou não aos fatos da questão. Se for apresentada como uma representação figurativa de eventos reais, então, a questão da sua verdade cairia sob os princípios que governam nossa forma de ver a verdade de ficções. E se não sugerir que o tipo de enredo

³⁴ VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

³⁵ Para mais detalhes, ver: WHITE, Hayden. Enredo e verdade na história escrita. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita; teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

escolhido para apresentar os fatos a uma estória de específica tivesse sido encontrado como inerente aos fatos por si mesmos, então nós não teríamos nenhuma base para comparar esse (relato) particular com outros tipos de relato narrativo, informados por outros tipos de enredo, e para acessar sua relativa adequação à representação, não tanto dos fatos como daquilo que os fatos significam. Porque diferenças entre narrativas que competem são diferenças entre os "modos de elaboração" de enredo que predominam nelas.³⁶

Aqui, abrimos um parêntese para pensar uma autora emblemática para contrapor o Hayden White, a saber, Natalie Zemon Davis, sobretudo em "O retorno de Martin Guerre"³⁷ em que, lidando com fontes rasuradas, desgastadas, vai trabalhar na dimensão das possibilidades, na dimensão do que se chamou de "imaginação histórica" para o auxílio do preenchimento de lacunas. Na versão italiana do livro, Ginzburg teve contato com a obra e fez o seu prefácio e, em "O fio e os rastros" salientou que, Natalie Z. Davis, não estava trabalhando com as noções de "inventado" e "verdadeiro", mas com as "realidades" e "possibilidades". Dessa forma, fica a reflexão em torno da dimensão literária na história, por assim dizer. Natalie Z. Davis, mesmo trabalhando com a "imaginação histórica", precisou corresponder a um dado método que passa por categorias amplas acerca das pesquisas sobre a sociedade em que Martin Guerre estava inserido para se ambientar da realidade e das possibilidades na trajetória daquele sujeito. Sob mesma reflexão, algumas perguntas: Isso seria suficiente para esvaziar a história de seu sentido epistemológico? Seria suficiente para considerá-la ficção ou empreendimento literário (como classificou Hayden White em seu texto "Enredo e verdade na escrita da história" de 2006 sobre o método histórico)? A aproximação com os estudos sobre aquela sociedade, caracteriza as intenções de Natalie Z. Davis em trazer o seu objeto para as possibilidades de sua respectiva contemporaneidade, assim, acreditamos não haver, ali, ficção, ao contrário, há, como preconizado por Carlos Ginzburg, realidades e possibilidades.

Retornando ao texto e fechando esse parêntese, cabe destacar, em linhas gerais que, para Georg Iggers, existiram dois momentos de radicalização tanto no que chamou de giro cultural, com a ênfase da cultura e desprezo do contexto político e social e no giro linguístico dos anos 90, que culminou em uma hiper relativização

³⁶ WHITE, Hayden. **Op. cit.**, p. 194-195.

³⁷ DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. São Paulo: Paz e terra, 1987.

epistemológica da história e uma redução do conhecimento histórico ao determinismo linguístico. Irá destacar, ainda, um conceito que teve sua crescente simpatia a partir dos anos 90, que foi o conceito de “história global”; muitos historiadores aderiram a ele, mas que se constituía, de certa forma, enquanto narrativa homogeneizante pois buscava certo denominador comum, o que, para Iggers, excluiria particularidades. A teoria da dependência, por exemplo, seria fruto dessa tendência que buscou, no subsídio mais tradicional das ciências sociais, uma abordagem que estabelecia um bloco analítico. Giovanni Levi, em 4 de junho de 2018, em uma palestra na UFJF, especificamente, no Instituto de Ciências Humanas, criticou, justamente, alguns pontos da história global que, mesmo com uma conceitualização ambígua, parte de noções que excluem particularidades, e tal perspectiva seria cara para o Giovanni Levi, tendo em vista a sua aproximação e contribuições com a própria micro-história italiana que baseia sua análise em escalas de observação micro, privilegiando aspectos culturais e sociais. Cabe destacar, no entanto, que nos anos 90, ainda no campo da sociologia, outros autores já estavam se mobilizando e repensando a epistemologia mais tradicional do campo, tal qual Clifford Geertz que argumentava que o ser humano está “amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado”.³⁸. Podemos visualizar sua proposta a partir do conceito de “Antropologia simbólica/interpretativa”, que já estava sendo discutido desde os anos 50 mas que, nos anos 70, foi revisitado e ganhou fôlego na Universidade de Chicago, sobretudo, por vários de seus expoentes lecionarem naquele lugar, como bem demonstra Leonardo Marcondes Alves³⁹.

Após essa breve contextualização dos significados atribuídos a história e sobre como isso impactou a produção do conhecimento historiográfico, gostaríamos de discorrer acerca da memória que, em muito, apresenta interfaces com a História. Assim, acreditamos que é possível pensar em sua pertinência na construção dos estatutos da História enquanto campo e, somado a isso, na sua própria escrita.

³⁸ GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [S. l.]: Zahar Editores, 1978. p. 15;

³⁹ Para mais detalhes, ver: ALVES, Leonardo Marcondes. A antropologia simbólica e interpretativa. **Ensaios e Notas**, 2017 Disponível em: <<https://wp.me/pHDzN-45N>>. Acesso em: 08 set. 2022.

O papel da memória na constituição de narrativas e a reflexão quanto à sua pertinência na composição dos estatutos da História.

Pierre Nora em "Entre memória e história: a problemática dos lugares"⁴⁰ operou na dimensão da memória, mas ainda sob um contexto, com uma escrita localizada no tempo, a rigor, o pós-guerra e as implicações sobre se pensar memória com o Holocausto. O autor apresenta um contexto histórico específico com a crise do paradigma evolutivo e a cultura do progresso, como já foi referenciado. A rigor, observou-se um contexto de aceleração e, tal movimento para o autor, construiria diversos passados num eterno presente pois, a midiaticização e massificação, deram fim a memória espontânea. Assim, nos caberia a construção de lugares de memória que, por sua vez, são a prova de que ela não existe mais. Explicamos. A monumentalização da memória, para Pierre Nora, seria o reflexo que não a temos mais como algo espontâneo e/ou familiar, presente nos gestos e hábitos, por exemplo. Afinal, "se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares"⁴¹. O fim das sociedades-memória, impor-se-ia, para o autor, a constituição de lugares em que a história transporta a memória, mas que, pela obrigação e dever, perderia o seu lugar de sacralidade. E, nesse último ponto, destacamos a interface que o autor faz de memória com a história, a rigor, a história enquanto reconstrução problemática e incompleta em interface com a memória, fenômeno atual, elo vivido no eterno presente. Ainda, a história seria uma operação intelectual e exigiria uma análise do discurso crítico e traria consigo a deslegitimação do passado que foi vivido por determinado tipo de grupos, dessa forma, a história realizaria uma espécie de dessacralização da memória que, por sua vez, está ligada ao sagrado nas pessoas. Em suma, a tentativa de conservação generalizada de arsenal documental estaria acompanhada do esvaziamento de sentido daquilo que, de fato, seria um lugar de memória e, por sua vez, esses lugares de memória devem cumprir três competências: material, simbólico e funcional. Simultaneamente, sempre em graus diferentes.

⁴⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993,

⁴¹ *Ibidem*, p 8.

Maurice Halbwachs em "A memória coletiva"⁴², abordou sobre a memória e seu processo de negociação pois, sob determinado tipo de influências, transforma-se uma narrativa em memória coletiva. Ainda, que a memória seria filtrada pela história, por isso, ela pode ser manipulada. Para esse último autor, o indivíduo que lembra é aquele inserido em grupos de referência e, ainda que a memória seja em grupo, ela é, também, sempre um trabalho do sujeito. Tal concepção dialoga, em muito, com a Ana Paula Goulart em "Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional"⁴³, pensa a memória como algo essencial na constituição das identidades individuais, coletivas e institucionais e que, a partir das representações fragmentadas, é utilizada num constante campo de negociação para representação das identidades seja para reconhecimento ou, até mesmo, legitimação.

Além de se compreender a interface entre memória e história, cabe destacar a construção dos complexos memoriais ao longo do tempo, afinal, isso pressupõe os esforços do homem no tempo para compreensão do mundo. Frances Yates em "A arte da memória e o desenvolvimento do método científico" (déc. 60), irá buscar a forma como as memorizações foram construídas e o fará, sobretudo, a partir do Giordano Bruno (XVI), astrônomo que tinha o sistema de pensamentos calcado no zodíaco, naquilo que era transcendental. Num esforço de mobilizar a trajetória dos complexos memoriais ao longo da história, Frances Yates optou por iniciar sua reflexão nos Gregos. Mas, antes disso, destacamos um contraponto para pensar os aparatos da memória. O antropólogo francês Joel Candau em "Antropologia da memória"⁴⁴ trabalhou com a ideia do esquecimento seletivo na memória e o seu esquecimento mais orgânico, característico das próprias sinapses, um exemplo seria o "eu te conheço, mas não sei de onde". Salientamos isso pois, quando Frances Yates desenvolve a trajetória sobre os processos de memorização, ela apresenta mutações das formas nas quais os complexos memoriais foram sendo alterados a partir de eventos na própria história, assim, consideramos que as mutações devem combinar uma série de fatos complexos que trabalham, também, com o esquecimento orgânico.

⁴² HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

⁴³ GOULART, Ana Paula; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], 2005.

⁴⁴ CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. 1. ed. [s.l.]: Instituto Piaget, 2013.

Sob o objetivo de investigar a maneira como esses complexos se desenvolveram, retornamos à investigação de Frances Yates no que diz respeito aos gregos pois a memória para eles, segundo a autora, estaria muito mais vinculada a oratória, retórica, entre outros. Já no medievo, percebeu-se um peso estaria nos elementos morais, associando, portanto, a memorização ao repertório imagético, um exemplo que lançamos mão, seriam os vitrais das igrejas que detinham em si toda uma pedagogia quanto aos valores morais e ensinamentos da religião católica. No Renascimento, criou-se uma nova camada nesse complexo, pois a arte de memória sofreu um declínio por não estar tão pautada na oralidade, afinal, no século XV com a invenção da prensa por Gutenberg — que, em muito, se difundiu na Europa —, se configurou um quadro em que a pertinência da fala seria diluída nessas novas maneiras de comunicar. No século XVI teremos o Giordano Bruno, que foi figura fundamental para Frances Yates, pois a arte de memória apareceria de uma forma mais hermética na interpretação do mundo desaguando nas novas ramificações no século XVII, em que uma das preocupações seria a busca da linguagem universal, portanto, falamos de uma tentativa de diversos sujeitos de encontrarem um sistema comum de memorização para se construir uma linguagem universal, nesse sentido, haveria a necessidade de caracteres reais (ou emblemas, para Francis Bacon) e, isso, Frances Yates compreende que está sob influência do lado oculto da tradição da memória. Explicamos. No século XVII os entusiastas da língua universal traduziam em termos racionais, os esforços como o de Giordano Bruno (XVI) para encontrar essa linguagem universal, fundamentados, portanto, em imagens mágicas que eram construídas em contato com a realidade. Interessante que a autora irá notar que, o progresso das ciências, como acreditava Leibniz (herdeiro dessa tradição da arte da memória), levaria a um amplo conhecimento do Universo e, assim, a um maior conhecimento de Deus, mas isso estava ligado ao misticismo do século XVI.

Tal concepção difundida largamente na Europa e em consequência a sua robusta produção escrita, vão tornar latentes as inscrições para a consolidação dos símbolos de tal local, mas a concepção de forma alguma perpassa a forma como os povos originários, de África e Abya Yala, construíram sua própria noção de passado, história e memória. Para grande parte da África a oralidade era o ponto de partida de sua história, observamos o quanto a tradição em relação à história africana,

(...) referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.⁴⁵

Assim a memória é a mobilização histórica de África, é o que move sua ciência e sua constituição histórica, e assim o firmamento de sua "ciência da vida" que mobiliza a comunidade em torno de seus domadores do conhecimento, que eram preparados para conservar a história/memória de seu povo⁴⁶. Quando Amadou Hampâté Bâ pontua as noções de memória e história em uma perspectiva africana, ele nos conduz a um novo olhar para a forma como compreendemos a ciência histórica, nos direcionando para, rompendo com as iniciativas sociais europeias, uma nova abordagem para a constituição da memória. Dos esforços racionalistas à tradição escriturística da Europa e sua recuperação pelos mais diferentes intelectuais, Hampâté Bâ recupera a sacralidade da memória enquanto centralidade da coesão social de muitas sociedades africanas, a rigor, a África ocidental, e mostra que diferentemente das concepções modernizantes do norte, as sociedades ainda se constituíam pela memória e sua história falada.

A memória em África nos leva a entender que para além das mobilizações escriturísticas europeias, e que agora tentam se construir com a memória e oralidade, tal movimento já era consolidado em África e em Abya Yala pelos indígenas, a recuperação de tais estatutos para a construção da nossa história traz à tona novas perspectivas para o fazer historiográfico, mas também para como os métodos científicos são mobilizados pela área.

O que nos traz um contraponto às investidas de Pierre Nora com a história-memória, apontando que tal mobilização dessacraliza a memória e a faz estar refém da história. Se a memória é constituinte de nações e de comunidades fora da Europa, de forma alguma a mesma é mobilizada e suprimida pelo trabalho intelectual da história, mas com respeito às denominações processuais de África e/ou Abya Yala, a memória convive em consonância com a história e, em dialogicidade, se constroem.

⁴⁵ BÂ, Amadou Hampâté *et al.* **A tradição viva**. História geral da África, v. 1, 2010. p. 167.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 175.

Um outro autor a contribuir nas discussões quanto a interface da memória com a história, é Jean Starobinski. Destacamos o seu texto "1789 - os emblemas da razão"⁴⁷ por abordar um conjunto maior de questões quanto aos objetivos por nós levantados neste artigo. O primeiro aspecto que nos chamou a atenção diz respeito a especificidade da trajetória do próprio autor. Jean Starobinski é doutor em medicina, cuja tese foi relacionada a melancolia na área da psiquiatria e ele é, também, doutor em literatura, cuja tese foi relacionada a Rousseau. Percebemos, dessa maneira, que o autor anda por caminhos muito plurais e, sua própria trajetória, é um prelúdio da interdisciplinaridade característica de suas obras. Nesse texto em específico, ele busca entender os impactos da revolução francesa na produção de obras de arte (história da arte). Argumentando que, a primeira vista, não se pode situar nenhum acontecimento decisivo na história da arte o que, posteriormente, será desenvolvido por ele.

O indivíduo, segundo Jean Starobinski, é um campo de encontro, mas também agente do avanço, possuindo trevas internas, enquanto seu olho porta uma luz aparentada pelo sol. Esse antagonismo foi encontrado em Blake (poeta contemporâneo da Revolução), que compreendia a necessidade de reconciliação do mundo do desejo com o mundo espiritual, porém, é fundamental a noção de que a revolução que Blake concebe é a do Apocalipse, é aquela de total destruição pois, com ela, com a leitura imaginária que se fez da luz que destrói as trevas, haveria um campo vazio, portanto, horizonte livre para criarmos outras coisas. Nesse sentido, há o anúncio do fim dos tempos, ao mesmo tempo em que se busca o retorno à origem, ou seja, a reintegração no éden primitivo. Nesse ínterim, Starobinski percebeu que a arte neoclássica traduziu e transformou a paixão pelo começo em nostalgia do recomeço e que, para esses artistas, a luz do começo só podia resplandecer no momento presente sob a condição de serem reflexo de uma origem absoluta, mas que foi situada no passado, é o recomeço. Vemos, aqui, a conciliação das noções de começo e eterno. Pertinente às discussões quanto a interface entre memória e história, o autor contribui ao destacar o processo de soma e construção de imagens para o movimento de assimilação dos sujeitos históricos e os efeitos disso sobre a memória, por sua vez, abre prerrogativa para refletirmos sobre como isso é

⁴⁷ STAROBINSKI, Jean. **Os emblemas da razão**. Trad. port. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

redimensionado dentro da própria história. A seguir, abordaremos um outro livro de Starobinski cuja composição delinea melhor suas escolhas e contribuições.

No livro "A invenção da liberdade"⁴⁸ consta uma análise iconográfica e textual sobre o sentido moderno, em outras palavras, como foi formulado o conceito de "liberdade" e, aqui, o autor desenvolve um pouco mais de seu método que é um elemento central na sua análise, que é o conceito do desvelamento, ou seja, para o historiador, é necessário lidar e/ou compreender sujeitos que dispõe de seus artifícios e usam "máscaras sociais"; e sobre esse ponto, destacamos que Starobinski ficou conhecido, inclusive, como historiador das máscaras, como melhor explica Renato Moscateli⁴⁹. E qual seria o intuito do método? A denúncia da aparência. Com isso, tem-se a intenção de denunciar essa construção imaginária e o desvelamento seria o movimento de retirada dos véus e/ou máscaras. Percebemos a prática desse método quando Starobinski opta por circular muito mais em torno das interpretações dos eventos históricos do que fato histórico em si e, essa, é quase uma espécie de atitude existencial pensando como o fato existe no imaginário, ainda, como foi construído no imaginário.

E é interessante que, a partir dessa articulação, há uma correspondência entre fundo e forma. Explicamos. A forma seria o que está disposto, no raso, o fundo é a estrutura subjetiva dos indivíduos. A forma é importante, ou seja, é necessário entender instituições das mais gerais, mas temos de ir ao fundo, acessar a estrutura subjetiva dos sujeitos que estavam inseridos em sociedades, instituições, entre outros.

Pensando numa possibilidade que auxiliaria no caminho a estrutura subjetiva dos sujeitos, seria o conceito de "representações". Tendo em vista que o conceito mais próximo de representações foi estruturado inicialmente por Durkheim, destacamos que os seus usos foram redimensionados em competências distintas, pensando, no entanto, sempre na relação do pensamento coletivo e suas implicações no pensamento individual. Presente tanto em Roger Chartier quanto em Pierre Bourdieu, os autores irão concordar, em linhas gerais, que as representações são construções sociais que dizem respeito a experiências históricas em que indivíduos

⁴⁸ Para mais detalhes, ver: STAROBINSKI, Jean; MORETTO, Fulvia Maria Luiza. **A invenção da liberdade: 1700-1789**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

⁴⁹ MOSCATELI, Renato. Jean Starobinski: um historiador das máscaras e do desvelamento. **Cultura História e Patrimônio**, UNIFAL, v. 2, n. 1, 2013.

projetam sua visão de mundo. Essas práticas sociais, que orientariam as ações, bem como posturas, gestos, opiniões, gostos, entre outros, é reveladora dos códigos que tornam o sujeito legítimo na sociedade a qual pertence. Na psicologia, o conceito de representações foi redimensionado por Serge Moscovici em "A representação social da psicanálise"⁵⁰, compreendendo as "representações sociais", o autor irá argumentar que elas tornariam familiar para o indivíduo algo que não o é. Temos, portanto, uma proposta com tal conceito de acessarmos a subjetividade dos indivíduos, assim, o fundo e o seu estado sem máscaras, observando a forma com que se comunica com o mundo, ainda, como se utiliza desses códigos sociais para se movimentar e/ou relacionar em sua contemporaneidade. As representações, em contrapartida, não devem se cristalizar como leis invariáveis acerca da pesquisa e observação de sujeitos em determinada sociedade, se assim prosseguir, será uma mera descrição estática do objeto, como preconiza Giovanni Levi. As representações são um convite, portanto, para adentrarmos um caminho a fim de que seja acessado o subjetivo, o que de particular existe nos indivíduos.

Considerações finais

A partir do quadro geral nas explanações feitas nesse texto, frisamos que a relação entre história, memória e ciência está associada a pertinência dos sentidos conferidos a história ao longo do tempo, bem como sobre as suas interfaces com a própria memória, sobretudo nas reflexões pós Segunda Guerra Mundial. Assim, compreendemos o caráter empírico da história defendido desde o século XIX com Leopold Von Ranke mas, simultaneamente, entendemos que a interdisciplinaridade e consequente abordagem complexificada ao objeto dentro de uma investigação na história, deve combinar diálogos com a memória que, por sua vez, pertence a um grupo e garante a coesão desse mesmo mas, em sua passagem pela História, deve ser submetida ao rigor metodológico e a verificação da qualidade. Como destaca Pierre Nora, o dever da memória faz cada um historiador de si mesmo, justamente pela passagem da memória para a história, o que acaba por obrigar cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história.

⁵⁰ MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Outrossim, é imprescindível que a História estabeleça seus paradigmas na pluralidade das abordagens adotadas, que se centre em sua renovação através dos agentes históricos que a compõem, a história e a memória indissociáveis, perpassam da maior abrangência científica para assim conseguir estabelecer-se nos estatutos da História, bebendo das fontes que a constituem e a criticam. A História é e deve ser interdisciplinar e abrangente, mas rigorosa aos sentidos que a constroem.

O trabalho historiográfico, novamente, é científico porque exige método. Suas abordagens, mesmo que iniciem com perguntas e terminem com mais perguntas, exige um esforço metodológico para se constituir. Revisitar o passado, ou reconstruir aspectos socioculturais exige um trabalho que mobilize toda a estrutura que nos ronda, por isso sua importância. Revelar memórias, construir pontes, moldar novas perspectivas, reconstruir o passado, analisar rastros e símbolos, questionar aspectos aparentemente consolidados, faz dessa ciência um mar vasto de perguntas infinitas a ser exploradas. As mais variadas respostas e perguntas podem se constituir tanto nos pequenos rastros encontrados, como nas cores e nas roupas da revolução francesa⁵¹; ou até mesmo nos grandes objetos constantemente reproduzidos nos dias atuais, como as grandes pinturas de Jacques-Louis David ou as músicas de Mozart⁵². A história é a ciência que se atenta a nós, ao homem, e as suas extensões mentais, culturais, sociais, materiais e abstratas, o grande objetivo é questionar, e trazer à tona os debates que modificam nossa estrutura enquanto sociedade.

Portanto, a ciência histórica se pauta nos grandes questionamentos, nas interrogações que nos estruturam, nas peças que nos unem ou nos separam, naquilo que nos conforta e nos incomoda, é onde a nossa memória se faz ou se desfaz, onde nos fazemos globalmente, ou nos percebemos individualmente. Suas metodologias de exploração são o que a caracterizam, e dão peso às suas contribuições para as perguntas do mundo, muitas vezes questionamentos que não encontram respostas totalizantes, mas que abrem mais caminhos para as explorações individuais, regionais e nas demais categorias de observação.

Referências

⁵¹ HUNT, L. Formas simbólicas da prática política. In: _____. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁵² STAROBINSKI, Jean. **Os emblemas da razão**. Trad. port. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- ALVES, Leonardo Marcondes. A antropologia simbólica e interpretativa. **Ensaios e Notas**, 2017 Disponível em: <https://wp.me/pHDzN-45N> . Acesso em: 08 set. 2022.
- BÂ, Amadou Hampatê et al. A tradição viva. *História geral da África*, v. 1, p. 167-212, 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política [online]**. 2013, n. 11 [Acessado 20 Outubro 2022] , pp. 89-117.
- BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social [online]**. 1997, v. 9, n. 2 , pp. 1-12.
- CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. 1. ed. [S. l.]: Instituto Piaget, 2013.
- CARNEIRO LEÃO, E. **Para uma crítica da interdisciplinaridade**. Tempo Bras., 1991.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. A propriedade do conceito. **ANPOCS 2001**, [s. l.], 2001.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2006.
- CORDEIRO, Everton Fernandes. O inconsciente em Freud. *Psicologia.pt: o portal dos psicólogos*, [s. l.], 2010.
- CURTIN, Philip D. Tendências Recentes das Pesquisas Históricas Africanas e Contribuição à História em Geral. In: *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010.
- DARTON, Robert. (1984). Apresentação. In: **O Grande Massacre de Gatos**; e outros episódios da História Cultural Francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XIII-XVIII.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. São Paulo: Paz e terra, 1987.
- FANON, Frantz. **Condenados da Terra**. Juiz de Fora. Editora UFJF. 2005.
- FREUD, S. O Moisés de Michelangelo [1914]. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. [S. l.]: Zahar Editores, 1978.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.
- GINZBURG, Natalia. *Léxico Familiar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. A escrita da história do Brasil: o pensamento civilizador no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Caderno de resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado**. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.
- GOULART, Ana Paula; BARBOSA, Marialva. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], 2005.
- GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques. **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 251-262.
- GUSDORF, G. **Introduction aux sciences humaines**. 2a. ed., Paris, Editions Ophrys, 1974.
- GUSDORF, G. Present, passé avenir de la recherche interdisciplinaire. **Rev. Int. de Sciences Sociales**. 29:627-48, 1977.

- HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. 2a. ed., Madrid, Taurus, 1988.
- HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HUNT, L. Formas simbólicas da prática política. In: _____. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia. Ouro Preto*, n. 4, março, 2010, p. 105- 124.
- LEVI, Giovanni. "O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar". **Tempo**, Niterói, v. 20, p. 1-20, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. INTERDISCIPLINARIDADE: FUNCIONALIDADE OU UTOPIA?. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], 1994.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCATELI, Renato. Jean Starobinski: um historiador das máscaras e do desvelamento. **Cultura História e Patrimônio**, UNIFAL, v. 2, n. 1, 2013.
- MOURA, Clóvis. As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira. Oficina de livros, 1990.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: A problemática dos lugares". In: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: PUCSP, vol. 10. dez. 1993, p 7-28.
- PENNA, Mariana Affonso; DE MELO, Marcos Rafael Andrade. "DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO (1950)": DISTOPIA, UCRONIA EUTOPIA EM AIMÉ CÉSAIRE. **Revista de Estudos de Cultura**. São Cristóvão (SE). v. 2, n. 17, Jul. Dez. 202, p. 93-108;
- REVEL, Jacques. Construções francesas do passado: uma perspectiva historiográfica. In: **História e historiografia; exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 19-94.
- STAROBINSKI, Jean. **Os emblemas da razão**. Trad. port. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- STAROBINSKI, Jean; MORETTO, Fulvia Maria Luiza. A invenção da liberdade: 1700-1789. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VIVEROS VIGOYA, M.; FACUNDO NAVIA, A. M. Discurso sobre o colonialismo de Aimé Césaire: uma chave de leitura feminista latino-americana descolonial. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 1–16, 2021.
- WESTPHALEN, C. M. Lições do Gilberto Freyre aos historiadores. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2011.
- WHITE, Hayden. Enredo e verdade na história escrita. In: MALERBA, Jurandir (organizador). **A história escrita; teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p.191-210.

YATES, Frances. A arte da Memória e o desenvolvimento do método científico. In: **A arte da Memória**. trad. por. Flavia Bancher. Campinas: Editora da Unicamp. 2007. pp 457-482.

Recebido em: 30/11/2022

Aprovado em: 06/03/2022